

# AUDIÊNCIA RESTRITA 2010

Cédula de votação para as companhias  
listadas no Novo Mercado

Razão Social: ETERNIT S. A.

Diretor de Relações com Investidores: ÉLIO A. MARTINS

**Orientações:**

- Os tópicos deverão ser votados por itens, sendo que alguns estão agrupados em blocos para evitar eventuais inconsistências no Regulamento de Listagem.
- O voto em duas alternativas (a favor e contra) do mesmo bloco implica na anulação do mesmo.
- O prazo final para manifestação é **08 de setembro de 2010** (quarta-feira) as 18h30.
- E-mail para envio de manifestações: [audiencia restritaNM@bvmf.com.br](mailto:audiencia restritaNM@bvmf.com.br)
- Website da Audiência Restrita: [www.bmfbovespa.com.br/empresas](http://www.bmfbovespa.com.br/empresas)
- Para informações adicionais: (11) 2565-7360 ou 7341.



**Regulamento de Listagem do Novo Mercado**  
**Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos**

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
1.1 – Objeto	Item 1.1 (objeto): regulamento de listagem aplicável a todos os acionistas Item 12.6: inserção de “demais acionistas” decorrente da aplicação do regulamento de listagem a todos os acionistas Item 16.1 (não responsabilização para BM&FBOVESPA): inclusão de todos os acionistas e Comitê de Auditoria	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Acionista Controlador” Exclusão da definição de “Controle Difuso” Inclusão da definição de “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum. Alteração na definição “Poder de Controle” Item 4.6.1: alteração do termo “Controle Difuso” Item 12.9: alteração do termo “Controle Difuso” Item 13.7: alteração do termo “Controle Difuso”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Calendário Anual”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Cláusula Compromissória”, incluindo Comitê de Auditoria	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Substituição de “Comprador” por “Adquirente” Itens 8.3, 8.5, 12.7, 12.7.1 e 12.7.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Contrato de Participação no Novo Mercado”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Inclusão da definição de “Regulamento de Sanções” Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Administradores” Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Controladores” Item 12.6: inserção do Regulamento de Sanções na Seção que trata da Saída do Novo Mercado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3.1 – Autorização para Negociação de Valores Mobiliários	Itens (i) a (ix): condições mínimas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Regulamento de Listagem do Novo Mercado**  
**Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos**

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
3.1.1 – Vedação à limitação de voto	Item 3.1.1: vedação à limitação de voto em percentuais inferiores a 5% Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação de percentuais inferiores a 5% Inclusão do Item 15.5 (iv): “poderão manter suas disposições estatutárias, em vigor na referida data, que limitem o número de votos de acionista ou Grupo de Acionistas em percentuais inferiores a 5% (cinco por cento) do capital social exclusivamente na hipótese de deliberação de alteração de cláusula estatutária sobre oferta pública de aquisição de ações para o acionista que atingir determinada participação no capital social, sendo que tal limitação de voto somente poderá ser alterada quando visar à sua adaptação em cumprimento ao disposto no item 3.1.1. deste Regulamento de Listagem.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(i) – Vedação ao estabelecimento de quorum qualificado	Item 3.1.2.(i): vedação ao estabelecimento de quorum qualificado Item 15.5 (ii): possibilidade de manutenção de quoruns qualificados já previstos nos estatutos sociais das companhias listadas no Novo Mercado; e possibilidade de alteração estatutária quando visar à exclusão dos quoruns qualificados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(ii) – Vedação à cláusula que impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas	Item 3.1.2.(ii): vedação à cláusula que impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas Item 15.5 (ii): possibilidade de manutenção de cláusulas que impeçam o exercício de voto favorável ou imponham ônus aos acionistas; e possibilidade de alteração estatutária quando visar à exclusão das referidas cláusulas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(iii) – Vedação ao estabelecimento da obrigação de realizar oferta pública de ações no caso atingimento de determinada participação acionária	Item 3.1.2.(iii): vedação ao estabelecimento da obrigação de realizar oferta pública de ações no caso atingimento de determinada participação acionária Item 15.5 (iii): “e cujos estatutos sociais, em vigor na referida data, estabeleçam obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações para o acionista que atingir determinada participação no capital social, poderão manter disposições estatutárias diversas das regras previstas na Seção IX deste Regulamento de Listagem.”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3 – Pedido de autorização para negociação no NM	Itens (i) a (xiv): aprimoramento e uniformização de redação, adequação da redação à atual denominação da BM&FBOVESPA, “renumeração” de anexos, compatibilização com instrução da CVM e formalização de práticas usuais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3.5.1 – Exceções à vedação à negociação ( <i>lock up</i> )	Inclusão dos itens (iv) e (v) para explicitar situações adicionais que já foram consideradas exceções pela Bolsa (formalização de práticas usuais)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3 – Composição do Conselho de Administração	Item 4.3: aumento do percentual de Conselheiros Independentes de 20% para 30% Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação aos 30% de independentes para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Regulamento de Listagem do Novo Mercado**  
**Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos**

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
4.4 – Vedação à acumulação de cargos	Item 4.4: vedação à acumulação de cargos de presidente do conselho de administração e diretor presidente ou principal executivo Item 4.4.1: prazo de 3 (três) anos para adaptação das novas companhias que vierem a ingressar no Novo Mercado Item 4.4.2: possibilidade de o Diretor Presidente da BM&FBOVESPA conceder período adicional para adaptação à vedação à acumulação Item 4.4.3: no caso de concessão de prazo para adaptação, divulgação dessa informação na página da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação ao item 4.4 para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.5 – Divulgação de cargos	Item 4.5: membros do conselho de administração deverão informar os cargos que ocupam em outras sociedades ou entidades Item 4.5.1: prazo para envio das informações do item 4.5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.7 e 5.3 – Prazo para envio de Termos de Anuência	Item 4.7: prazo para protocolo do Termo de Anuência dos Administradores na BM&FBOVESPA, condicionando a posse nos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deverá ser protocolada na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data de posse dos eleitos. Item 5.3: prazo para protocolo do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal na BM&FBOVESPA, condicionando a posse nos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deverá ser protocolada na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data de posse dos eleitos.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.8 – Comitê de Auditoria	Inclusão da definição de “Termo de Anuência dos Membros do Comitê de Auditoria” Item 4.8: obrigatoriedade de comitê de auditoria Item 4.8.1: competências do comitê de auditoria Item 4.8.2: deveres e responsabilidades do comitê de auditoria Item 4.8.3: termo de anuência dos membros do comitê de auditoria Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para constituição do comitê de auditoria para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4.9 – Manifestação do Conselho de Administração	Item 4.9: manifestação do conselho de administração sobre qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, com inclusão da redação “(...) alertando que é responsabilidade de cada acionista a decisão final acerca da aceitação, ou não, da referida oferta.” Item 4.9.1: prazo para manifestação do conselho de administração sobre ofertas públicas de aquisição de ações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3 – Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais	Item 6.3: nota explicativa sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas regras contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras anuais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.6 – Alteração no prazo para divulgação do Calendário Anual	Item 6.6: alteração no prazo para divulgação do Calendário Anual e retirada do mesmo como Anexo ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado Item 6.6.1: alterações subsequentes em relação aos eventos constantes do Calendário Anual Item 6.6.2: prazo para apresentação do Calendário Anual aplicável às companhias que se listam no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Regulamento de Listagem do Novo Mercado**  
**Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos**

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
6.8 – Política de Negociação de Valores Mobiliários	Item 6.8: elaboração, divulgação e envio à BM&FBOVESPA de política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.9 – Código de Conduta	Item 6.9: elaboração, divulgação e envio à BM&FBOVESPA de código de conduta	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2 – Prospectos e Formulário de Referência	Item 7.2.2: regras aplicáveis aos prospectos também serão aplicáveis aos formulários de referência quando da realização de ofertas públicas de distribuição	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2 – Aquisição de Controle por meio de Diversas Operações	Item 8.2: aquisição de controle por meio de diversas operações Item 8.2 (ii): alteração do procedimento de identificação dos acionistas vendedores, nos últimos 6 (seis) meses, para efeitos de recebimento da diferença eventualmente devida	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3 – Termo de Anuência de Controladores	Item 8.3: prazo para protocolo na BM&FBOVESPA do Termo de Anuência dos Controladores Item 8.3.1: prazo para protocolo na BM&FBOVESPA o Termo de Anuência dos Controladores como condição para registrar acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.5 – Recomposicao do Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Alienação de Controle	Item 8.5: aprimoramento de redação visando a tornar mais preciso a partir de quando serão contados os 6 (seis) meses, isto é, após uma operação de Alienação de Controle e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.1 – Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) Por Atingimento de Participação Acionária Relevante	Definição de “Participação Acionária Relevante” Item 9.1: obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações no caso de atingimento de participação relevante (30%) Item 9.1.1: prazo para publicação do edital da oferta e preço a ser praticado na oferta Item 9.2: hipóteses de dispensa da OPA por atingimento Item 9.2.1: hipótese de dispensa da OPA por atingimento mediante assembléia de acionistas Item 9.3: dever de informar à BM&FBOVESPA o preço a ser praticado na oferta e anexar documentação que comprove o valor, além de divulgar ao mercado o referido preço e os planos estratégicos Item 9.4: prazo para recomposição do percentual mínimo de ações em circulação Item 3.2: possibilidade do Diretor Presidente da BM&FBOVESPA conceder prazo para recomposição de que trata o item 9.4 Item 15.6 (i) : exceção, na hipótese de um dos membros do Grupo de Acionistas atingir, individualmente, Participação Acionária Relevante, para as companhias listadas no Novo Mercado. Item 15.6 (ii): exceção, na hipótese de conversão de valores mobiliários conversíveis em ações ou exercício de bônus de subscrição de ações, subscritos ou adquiridos previamente à entrada em vigor do Regulamento.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

**Regulamento de Listagem do Novo Mercado**  
**Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos**

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
10.1 – Dever de Informar do Acionista Controlador e Pessoas Vinculadas	Item 10.1: dever de informar do Acionista Controlador e pessoas vinculadas Item 10.1.1: dever de informar qualquer modificação que houver na titularidade de valores mobiliários do Acionista Controlador e pessoas vinculadas Item 10.1.3: prazo para o envio da referida informação Item 10.2: aprimoramento de redação sobre a divulgação da referida informação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.1 – Saída do Novo Mercado	Item 12.3: definição dos responsáveis pela oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado no caso de não haver Acionista Controlador Item 12.5: definição dos responsáveis pela oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado decorrente de reorganização societária no caso de não haver Acionista Controlador Item 13.5.2: obrigações decorrentes de descumprimento de regras do Novo Mercado no caso de não haver Acionista Controlador Item 13.5.2.1: complemento do item anterior	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.4 – Saída do Novo Mercado em razão de reorganização societária	Item 12.4: inserção de prazo, compatível com o previsto na Lei das Sociedades Anônimas, para que os valores mobiliários de emissão da companhia resultante da reorganização sejam admitidos à negociação no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.1 – Sanções	Item 13.1: aprimoramento de redação para abranger companhias que não contem com acionista controlador Item 13.1.1: companhia e responsáveis estão sujeitos ao Regulamento de Sanções Item 13.4: aprimoramento de redação relativa às sanções não pecuniárias abrangendo companhias que não contem com acionista controlador Item 13.4.1: aprimoramento de redação relativa a descumprimento de obrigações abrangendo companhias que não contem com acionista controlador Item 13.4.4: consequências da suspensão abrangendo companhias que não contem com acionista controlador e ajuste da denominação do Regulamento de Sanções	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
14.1 – Arbitragem	Item 14.1: inclusão dos demais acionistas da Companhia e inserção do Regulamento de Sanções e de Comitê de Auditoria Item 14.2: informação sobre a existência e a vinculação da Companhia à Cláusula Compromissória de arbitragem deverá constar da página da Companhia na rede mundial de computadores	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
15.2 – Modificações no Regulamento	Item 15.2.1: convocação da Audiência Restrita Item 15.2.3: manifestação na Audiência Restrita	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.4 – Casos omissos – situações não previstas ou excepcionais	Item 15.4: inserção de situações excepcionais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



São Paulo, 08 de setembro de 2010.

À  
BM&FBOVESPA

Prezados Senhores:

A ETERNIT S. A. está votando favoravelmente em 28 das 37 alterações propostas por V.Sas.. Reiteramos nosso compromisso com os mais elevados níveis de governança que agregam valor e/ou protegem os investidores.

Estamos votando contra apenas 9 propostas de alterações no Regulamento do Novo Mercado porque entendemos não atender os objetivos acima, conforme detalhamos abaixo:

**Item do Regulamento:**

**1.1 Objeto**

**Blocos para votação:**

Item 1.1 (objeto): regulamento de listagem aplicável a todos os acionistas

Item 12.6: inserção de "demais acionistas" decorrente da aplicação do regulamento de listagem a todos os acionistas

Item 16.1 (não responsabilização para BM&FBOVESPA): inclusão de todos os acionistas e Comitê de Auditoria

**Justificativa do voto contra:**

Considerando que votamos contra o item 4.8 (obrigatoriedade do Comitê de Auditoria) não faz sentido aprovar o item 16.1.

**Item do Regulamento:**

**2.1 Definições**

**Blocos para votação:**

Alteração na definição de "Cláusula Compromissória", incluindo Comitê de Auditoria

**Justificativa do voto contra:**

Considerando que votamos contra o item 4.8 (obrigatoriedade do Comitê de Auditoria) não faz sentido aprovar esta alteração na "Cláusula Compromissória", obrigando os membros dos Comitês de Auditoria a se comprometerem a resolver por meio de arbitragem disputas ou controvérsias.





**Item do Regulamento:**

2.1 Definições

**Blocos para votação:**

Inclusão da definição de “Regulamento de Sanções”

Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Administradores”

Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Controladores”

Item 12.6: inserção do Regulamento de Sanções na Seção que trata da Saída do Novo Mercado

**Justificativa do voto contra:**

O “Regulamento Específico”, mencionado na seção “Sanções”, está sofrendo relevantes alterações com criação de novas e pesadas sanções as quais não estão sendo objeto de audiência restrita.

**Item do Regulamento:**

3.1 Autorização para Negociação de Valores Mobiliários

**Blocos para votação:**

Itens (i) a (ix): condições mínimas

**Justificativa do voto contra:**

Considerando que votamos contra o item 4.8 (obrigatoriedade do Comitê de Auditoria) não faz sentido aprovar o item (iv) sobre o protocolo dos termos de anuência dos membros do comitê de auditoria.

**Item do Regulamento:**

3.3 Pedido de autorização para negociação do NN

**Blocos para votação:**

Itens (i) a (xiv): aprimoramento e uniformização de redação, adequação da redação à atual denominação da BM&FBOVESPA, “renumeração” de anexos, compatibilização com Instrução da CVM e formalização de práticas usuais

**Justificativa do voto contra:**

Considerando que votamos contra o item 4.8 (obrigatoriedade do Comitê de Auditoria) não faz sentido aprovar o item (xiv) sobre a inserção dos termos de anuência dos membros do comitê de auditoria.

**Item do Regulamento:**

4.8 – Comitê de Auditoria

**Blocos para votação:**

Inclusão da definição de “Termo de Anuência dos Membros do Comitê de Auditoria”

Item 4.8: obrigatoriedade de comitê de auditoria

Item 4.8.1: competências do comitê de auditoria

Item 4.8.2: deveres e responsabilidades do comitê de auditoria

Item 4.8.3: termo de anuência dos membros do comitê de auditoria





Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para constituição do comitê de auditoria para as companhias já listadas no Novo Mercado

**Justificativa do voto contra:**

Há superposição de muitas funções entre o comitê de auditoria e o conselho fiscal, cuja instalação é mandatória por vontade dos investidores, de acordo a lei societária. Se o Regulamento do Novo Mercado tornar obrigatório o comitê de auditoria, a grande maioria das empresas listadas com conselho fiscal em funcionamento terá que manter os dois órgãos, verificando-se, assim, desperdício de recursos e prejudicando a competitividade das companhias brasileiras. Deve-se destacar que a SEC aceita o conselho fiscal em lugar do comitê de auditoria previsto na SOX, atendendo a ponderações feitas pela CVM que é mencionada, com relação a esse tema, quatro vezes nas normas infralegais que regulamentam a SOX. Considerando todo o rigor que pautou a promulgação desses dispositivos legais no mercado norte-americano, a exigência da adoção de comitê de auditoria constante da minuta do regulamento do Novo Mercado se torna pouco compreensível.

Finalmente, cabe destacar que os conselhos fiscais costumam contar atualmente com a participação ativa de acionistas minoritários preparados, com poderes individuais bastante ampliados na última reforma da Lei das S. A., sendo um órgão efetivo na fiscalização das atividades sociais das companhias abertas e na verificação de suas demonstrações financeiras.

**Item do Regulamento:**

9.1 – Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) Por Atingimento de Participação Acionária Relevante

**Blocos para votação:**

Definição de “Participação Acionária Relevante”

Item 9.1: obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações no caso de atingimento de participação relevante (30%)

Item 9.1.1: prazo para publicação do edital da oferta e preço a ser praticado na oferta

Item 9.2: hipóteses de dispensa da OPA por atingimento

Item 9.2.1: hipótese de dispensa da OPA por atingimento mediante assembléia de acionistas

Item 9.3: dever de informar à BM&FBOVESPA o preço a ser praticado na oferta e anexar documentação que comprove o valor, além de divulgar ao mercado o referido preço e os planos estratégicos

Item 9.4: prazo para recomposição do percentual mínimo de ações em circulação

Item 3.2: possibilidade do Diretor Presidente da BM&FBOVESPA conceder prazo para recomposição de que trata o item 9.4

Item 15.6 (i): exceção, na hipótese de um dos membros do Grupo de Acionistas atingir, individualmente, Participação Acionária Relevante, para as companhias listadas no Novo Mercado.

Item 15.6 (ii): exceção, na hipótese de conversão de valores mobiliários conversíveis em ações ou exercício de bônus de subscrição de ações, subscritos, ou adquiridos, previamente à entrada em vigor do Regulamento



**Justificativa do voto contra:**

A decisão de se ter uma cláusula de "poison pill" em seus estatutos é das companhias e seus acionistas. São eles que decidem, conforme cada caso e a especificidade de cada companhia. Além disso, conforme mencionado no item 3.1.2 (iii), companhias atualmente listadas que não possuem "poison pills" em seus Estatutos gostariam de poder manter a faculdade de não adotarem a cláusula padrão de proteção à dispersão (OPA com gatilho de 30%).

**Item do Regulamento:**

13.1 Sanções

**Blocos para votação:**

Item 13.1: aprimoramento de redação para abranger companhias que não contem com acionista controlador

Item 13.1.1: companhia e responsáveis estão sujeitos ao Regulamento de Sanções

Item 13.4: aprimoramento de redação relativa às sanções não pecuniárias abrangendo companhias que não contem com acionista controlador

Item 13.4.1: aprimoramento de redação relativa a descumprimento de obrigações abrangendo companhias que não contem com acionista controlador

Item 13.4.4: consequências da suspensão abrangendo companhias que não contem com acionista controlador e ajuste da denominação do Regulamento de Sanções

**Justificativa do voto contra:**

Considerando que votamos contra o item 4.8 (obrigatoriedade do Comitê de Auditoria) não faz sentido aprovar o item 13.4.4 sobre a inserção dos membros do comitê de auditoria.

**Item do Regulamento:**

14.1 Arbitragem

**Blocos para votação:**

Item 14.1: inclusão dos demais acionistas da Companhia e inserção do Regulamento de Sanções e de Comitê de Auditoria

Item 14.2: informação sobre a existência e a vinculação da Companhia à Clausula Compromissória de arbitragem deverá constar da página da Companhia na rede mundial de computadores

**Justificativa do voto contra:**

Considerando que votamos contra o item 4.8 (obrigatoriedade do Comitê de Auditoria) não faz sentido aprovar o item 14.1 sobre a inserção dos membros do comitê de auditoria.

Atenciosamente,

Élio A. Martins

Presidente e Diretor de Relações com Investidores